

## Asfaltamento de rua só depois do saneamento básico

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura concluiu a votação de projeto que condiciona a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação de rede de saneamento básico. A proposta deve seguir agora para a Câmara dos Deputados. **Página 8**



Os senadores da Comissão de Infra-Estrutura aprovam uma série de propostas, entre elas normas para a TV digital e autorização para construção de hidrelétricas na Amazônia

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.605 – Brasília, sexta-feira, 1º de junho de 2007



Lúcia Vânia preside reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

## Bicicleta pode ter mais espaço no trânsito

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou projeto de lei que assegura mais espaço às bicicletas nas cidades com população superior a 500 mil habitantes. A proposta prevê financiamento federal para ciclovias. A importância da bicicleta como meio de transporte não poluidor é ressaltada pelo autor da matéria, Antônio Carlos Valadares. **Página 2**

## Representação volta ao Conselho de Ética

Presidente do Senado anunciou ter encaminhado ao Conselho de Ética representação do PSOL que solicita abertura de processo para apurar denúncias de supostas ligações que ele manteria com empreiteiras. **Página 5**

## Apelo em favor dos poupadores

Paulo Paim quer medida provisória com novo prazo para ressarcimento de perdas da poupança no Plano Bresser. Valter Pereira e Heráclito Fortes sugerem que recursos não resgatados sejam transferidos para a União. **Página 4**



## Crise na Bolívia preocupa comissão

A luta da rica e europeizada região Media Luna, na Bolívia, por maior autonomia em relação ao governo de La Paz é um dos pontos de preocupação da Comissão de Relações Exteriores, que decidiu fazer duas audiências reservadas sobre a crise no país vizinho. Devem ser discutidas também as relações Brasil-Bolívia e a influência de Hugo Chávez na região. **Página 6**

## Prazo a estado e município para quitar dívidas

Aprovado ontem pelo Plenário, vai à promulgação projeto do Senado que prorroga até 31 de dezembro deste ano o prazo para que estados, Distrito Federal e municípios solucionem eventuais débitos e irregularidades em seus órgãos e entidades. Depois dessa data, os que estiverem em situação irregular ficam impedidos de contratar empréstimos. **Página 3**



Na Comissão de Relações Exteriores, Serys, César Borges e Collor: Bolívia na pauta

Proposta aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo tem por objetivo incentivar o uso de bicicleta em cidades com mais de 500 mil habitantes



Senadores da CDR acolheram ainda a realização de audiência pública para discutir o projeto de transposição das águas do São Francisco

## Municípios podem ter verba federal para construir ciclovias

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem substitutivo do senador Valter Pereira (PMDB-MS) a projeto que assegura mais espaço para circulação de bicicletas em cidades com população superior a 500 mil habitantes. A proposta, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), prevê financiamento federal a plano de circulação que contemple ciclovias e estacionamentos de bicicletas.

Para ter acesso aos recursos, o município deverá elaborar um programa de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido.

A importância do uso da bicicleta como meio de transporte não poluidor, compatível com o desenvolvimento sustentável, foi ressaltada tanto pelo senador Valadares como por Valter Pereira. Ambos argumentaram que a bicicleta é um veículo usado por

trabalhadores de baixa renda e como meio de lazer pela classe média.

Cícero Lucena (PSDB-PB) sugeriu que o projeto (PLS 350/05) seja submetido à Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele considera que a criação de vias para bicicletas pode ser estimulada também nos pequenos municípios.

### Aprovada audiência sobre a transposição do São Francisco

Requerimento do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) para realização de audiência sobre o projeto de transposição das águas do rio São Francisco foi acolhido ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Devem ser convidados para o debate representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, da seccional de Sergipe da Ordem dos Advogados do Brasil, além de dom Luiz Cappio, da Diocese da Barra (BA).

### Secretário será convidado a debater reforma tributária

O secretário de Política Econômica, Bernard Appy, deve falar à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre a proposta de reforma tributária do governo, segundo requerimento acolhido ontem. O colegiado aprovou ainda a realização de audiências com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Luciano Coutinho; com a ministra do Turismo, Marta Suplicy; e com autoridades governamentais para tratar da evolução das desonerações tributárias.

## Rio Grande do Sul terá fundo para desenvolvimento da agropecuária

Com a finalidade de fomentar a agropecuária gaúcha, inclusive no âmbito da agricultura familiar, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul (Fundap/RS). O fundo será financiado em parte com recursos provenientes de 3% do total da arrecadação dos impostos sobre renda e sobre produtos industrializados (IPI) destinados à quota do estado no Fundo de Participação do Estado (FPE), excetuadas as quotas para a educação.

Pelo PLS 39/03, o fundo deverá ser utilizado para custear a aquisição de máquinas e equipamentos em projetos de fomento à agricultura e pecuária, bem como financiar pesquisas de tecnologias agrícolas no Rio Grande do Sul.

O projeto foi rejeitado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na legislatura passada, mas, com a criação da CDR, a proposição foi redistribuída e passou a tramitar na nova comissão, onde recebeu decisão terminativa.

Em seu parecer favorável, Pedro Simon (PMDB-RS) argumentou que a agropecuária gaúcha representa 11% do PIB estadual e passa por um período difícil devido a fatores naturais adversos. Ele acrescentou uma emenda para tornar facultativa ao estado a destinação do percentual de seus recursos ao fundo, uma vez que o uso das verbas é de exclusiva competência do governo estadual.

**FCO**

A CDR examinou ainda o PLS 277/03, que inclui 58 municípios de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste (FCO). O projeto recebeu parecer contrário da relatora, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), mas Wellington Salgado (PMDB-MG) pediu vista, adiando a votação da proposta.

Já o PLS 295/06, que dispõe sobre percentuais de álcool anidro na gasolina, foi encaminhado para redistribuição, em razão da aprovação do parecer de Demostenes Torres (DEM-GO) argumentando que a CDR não tem competência regimental para manifestar-se sobre a matéria.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Especial sobre mudanças climáticas

Saiba mais sobre o aquecimento global e conheça as iniciativas dos parlamentares na busca de um modelo ecologicamente sustentável de desenvolvimento para o Brasil. Acompanhe o especial que a Rádio Senado apresenta hoje, às 20h, com reprises amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

### Sessão plenária às 9h

A sessão plenária de hoje será não deliberativa e tem início às 9h. Sem a votação de projetos, é destinada a debates de senadores e a comunicados da Mesa e das lideranças.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Gerson Camata, Mão Santa, Flexa Ribeiro e Augusto Botelho



Flexa Ribeiro afirma que nada foi destinado para saneamento

## PAC leva pouco recurso ao Pará, diz Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que o Pará não está sendo contemplado com justiça no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Citando relatório do programa, o senador observou que dos R\$ 3,7 bilhões previstos para projetos de habitação, apenas R\$ 2,9 milhões foram reservados ao estado, enquanto outros receberam pelo menos R\$ 30 milhões.

Quanto às aplicações em saneamento, no valor global de R\$ 1,3 bilhão, nada foi destinado à companhia de saneamento do Pará, de acordo com os quadros obtidos pelo senador sobre a prestação de contas do PAC.

Flexa Ribeiro apelou à governadora Ana Júlia Carepa, que é do PT, para que interfira junto ao governo federal de modo a resolver o problema. Em aparte, Mário Couto (PSDB-PA) disse que os números apresentados por seu colega deixam clara "a discriminação contra o Pará".

Tratando da questão energética, o parlamentar afirmou que, em vez de impedirem as obras de construção de usinas, os órgãos ambientais deveriam fornecer orientações sobre os procedimentos corretos a serem adotados.

Proposta de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos dá a entes federativos nova oportunidade para solucionar inadimplência, de modo a poder contratar empréstimos

# Estados e municípios têm prazo até o fim do ano para regularizar débitos

O Plenário aprovou ontem projeto de resolução do Senado que prorroga até o dia 31 de dezembro deste ano o prazo para que estados, Distrito Federal e municípios solucionem eventuais débitos e irregularidades existentes em seus órgãos e entidades. O motivo da medida é que a Resolução 43/01 determinou que um órgão ou entidade de um estado não poderia contratar empréstimo

se qualquer outro órgão ou entidade do mesmo estado estivesse inadimplente com instituição financeira.

O projeto de resolução aprovado posteriormente pelo Senado (PRS 67/05) havia estabelecido o prazo de 31 de maio de 2006 para a medida entrar em vigor. Depois, uma outra

resolução, a 21/06, modificou essa data final para 31 de dezembro do ano passado. Já o PRS 54/06, promulgado em dezembro passado, estendeu o prazo para o final de abril deste ano.

O projeto (PRS 28/07) proposto pela Comissão de Assuntos Econômicos e aprovado ontem com o apoio de

entidades integrantes do estado, Distrito Federal ou município tomador de operação de crédito.

Ao final da votação, o presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou a importância da matéria e cumprimentou os líderes partidários pelo entendimento em torno de sua votação.



Projeto de resolução aprovado pelo Plenário contou com o apoio de todos os partidos

## José Maranhão quer melhor controle de obras e serviços

O senador José Maranhão (PMDB-PB) anunciou ontem, em Plenário, projeto de decreto legislativo de sua autoria que estabelece normas gerais sobre a fiscalização de obras e serviços pelo Poder Legislativo.

O parlamentar justifica sua proposta com a falta de regulação da atividade de controle das duas Casas do Congresso, cuja atuação – ao contrário do Tribunal de Contas da União (TCU), que tem lei específica para o assunto – encontra-se registrada apenas em trechos dispersos de diferentes regimentos e resoluções.



José Maranhão propõe normas sobre fiscalização pelo Congresso

– A ausência de um marco normativo preciso torna difícil o exercício daquele controle cotidiano, permanente, regular, da receita e da despesa pública, essencial também para as corretas alocações orçamentárias. É esse trabalho diuturno, de "formiguinha", que é o único preventivo eficaz contra a malversação – disse.

José Maranhão advertiu para a importância de o Congresso não depender demasiadamente de iniciativas pontuais como as comissões parla-

mentares de inquérito (CPIs), que, lembrou, têm foco restringido pela apuração de fato determinado e pelo prazo limitado de duração.

O senador destacou como contribuição importante de sua proposta a prerrogativa de caráter permanente aos mecanismos de fiscalização orçamentária de obras irregulares, que atualmente dependem de renovação a cada lei de diretrizes orçamentárias.

Segundo José Maranhão, essa sistemática causa descontinuidade e perda de eficiência, uma vez que impede as instituições envolvidas (TCU e Comissão Mista do Orçamento, da qual é presidente) de planejarem com antecedência as respectivas atuações de controle.



Joaquim Roriz: economia com a troca da matriz seria de R\$ 10 bi

## Roriz defende investimentos em ferrovias no Brasil

Joaquim Roriz (PMDB-DF) alertou ontem para a necessidade de investimentos na matriz ferroviária brasileira, especialmente nos estados da região Centro-Oeste, grandes produtores agropecuários. Ele disse não haver dúvidas de que o desenvolvimento do país passa por um projeto de investimento em ferrovias.

O senador lamentou que, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estejam previstos apenas R\$ 55,2 bilhões para logística e transporte, de um total de R\$ 504 bilhões em investimentos. Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), citada por Roriz, só as ferrovias necessitam, no mínimo, de R\$ 11,3 bilhões até 2008 e de R\$ 300 bilhões para cobrir parte do déficit do investimento nesse setor.

Roriz lamentou que apenas 24% do transporte de cargas no país sejam feitos por trilhos. Segundo ele, dados da indústria rodoviária dizem que a economia seria de R\$ 10 bilhões por ano com a troca da matriz. O senador ainda manifestou dúvidas quanto a possibilidade de o PAC alavancar o desenvolvimento.

– Um plano precisa ter metas a serem atingidas. Não as vislumbro no PAC.



Governo Lula ainda não assinou nenhum contrato, critica Azeredo

## Minas Gerais faz a primeira PPP rodoviária do país, anuncia Azeredo

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) informou ontem que o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, assinou com um grupo privado contrato da primeira parceria público-privada (PPP) rodoviária do país, beneficiando 372 quilômetros da MG-50, que liga o sudoeste do estado ao noroeste de São Paulo. A rodovia será totalmente recuperada

pelo consórcio, beneficiando cerca de 50 municípios.

O senador lamentou o fato de o governo Lula, que teve a iniciativa de propor a legislação federal das PPPs, até hoje não ter assinado nenhum contrato. Até mesmo as concessões de rodovias federais estão paradas, no quinto ano de sua administração.

Azeredo informou ainda que o governo mineiro iniciou um programa destinado a ligar por asfalto 224 cidades do estado a grandes rodovias que cortam Minas Gerais. O restante dos municípios já tem acessos asfaltados. Ele disse ter percorrido recentemente rodovia Fernão Dias (Belo Horizonte-São Paulo), recuperada e duplicada

parcialmente à época em que foi governador do estado, e que a estrada começa a enfrentar problemas pela falta de verba federal.

Outro programa do governo de Minas citado pelo senador busca levar telefonia celular a cerca de 400 municípios até agora não atendidos pelas companhias telefônicas.



Ideli destaca o aumento dos empregos com carteira assinada

## Ideli registra sinais de crescimento da economia do país

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), citando artigos de jornais, registrou ontem o crescimento do investimento das empresas brasileiras em máquinas, equipamentos e instalações, que chegou a 8,1% do faturamento líquido em 2006 – o maior registrado desde 1999.

– Os empresários estão confiantes no ritmo de expansão do mercado interno. Estão investindo para ampliar a produção, confiando no crescimento do país – frisou.

A parlamentar também citou o aumento dos empregos formais no país, desde fevereiro de 2005. Ela acrescentou que, além de os empregos informais estarem sendo substituídos por empregos com carteira assinada, estaria ocorrendo aumento do número de contratações de pessoas jurídicas.

### Produção industrial

O avanço da formalização, afirmou a senadora, se deve principalmente ao aumento das contratações nas grandes indústrias, que cresceram 23% em 2006. Outra boa notícia, de acordo com Ideli, é que a taxa Selic, hoje em 12,5%, pode chegar a 10,5% ou 10,25% no final de 2007, o que acarretará um fechamento equilibrado para as contas do setor público já em 2008.

– A questão do equilíbrio das contas, se a gente não precisar fazer tanto superávit primário, é tudo o que o Brasil precisa para ter um volume maior de recursos para investir e fazer o país crescer e distribuir renda. Isso é o que o presidente Lula vem patrocinando no primeiro e agora no segundo mandato – concluiu a parlamentar.

# Senadores querem novo prazo para poupadores

A preocupação dos poupadores que não conseguiram solicitar o ressarcimento das perdas com o Plano Bresser na caderneta de poupança foi manifestada pelos senadores em discursos no Plenário. Com o término, ontem, do prazo determinado para requerer a correção nos rendimentos, Paulo

Paim ressaltou a necessidade de o governo editar uma medida provisória determinando novo período para solicitações. Já Valter Pereira e Heráclito Fortes sugerem que os recursos não resgatados pelos poupadores sejam transferidos para a União e utilizados em projetos de saúde e educação.

### Paulo Paim



“Apenas um terço dos poupadores conseguiu requerer dividendos”

## Novo período pode ser definido por medida provisória

Como forma de garantir aos poupadores da caderneta de poupança os direitos sobre correções relativas ao Plano Bresser, Paulo Paim (PT-RS) relatou que tem trabalhado pela edição de uma medida provisória determinando novo período para solicitação dos rendimentos, tendo em vista que o prazo previsto para os saques venceu ontem.

Paim relatou apelo feito ao ministro da Justiça, Tarso Genro, que levou a reivindicação aos ministros relacionados com a matéria. Só então, disse, o ministro encaminhará ao presidente Lula sua solicitação de edição de medida provisória com novo prazo.

– Somente um terço dos poupadores conseguiu, em tempo hábil, entrar com ação na Justiça para receber os dividendos – disse.

Paim também lembrou a apresentação de projeto de sua autoria propondo novo prazo. Ele solicitou aos líderes partidários que assinem pedido de “urgência urgentíssima” para agilizar a tramitação da matéria.

### Valter Pereira



Valter lembra que bancos são meros depositários do dinheiro

## Recursos não resgatados devem ficar com a União

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) desafiou o governo a abandonar a inércia e editar uma medida provisória para resguardar os direitos dos poupadores decadnetas de poupança, prejudicados por planos econômicos de governos passados – planos Bresser (87), Verão (89), Collor I (90) e Collor II (91).

– O alerta que quero fazer, aditando a advertência já feita por Paim, é que o governo adote, neste caso específico, uma medida, que está em suas mãos, para preservar o interesse da sociedade brasileira – defendeu.

Valter Pereira acredita que, para compensar a inércia governamental diante da perda pelos poupadores, o remédio apropriado seria transferir os recursos dos bancos privados para a União, aplicando-os em educação básica e em hospitais.

– Valha-se [o governo] de uma medida provisória para que o dinheiro, que não pertence aos bancos, meros depositários dos recursos, passe à União.

### Heráclito Fortes



Para Heráclito, governo defende os banqueiros e não os poupadores

## Banco Central deveria ter alertado sobre fim do prazo

“O Brasil, hoje [ontem], amanheceu com filas catastróficas em casas bancárias”, disse em Plenário o senador Heráclito Fortes (DEM-PI), ao registrar que terminou ontem o prazo para que os brasileiros peçam na Justiça a correção das cadernetas de poupança, referentes às perdas do Plano Bresser, de 1987. Para Heráclito, o governo foi omissivo por não ter divulgado amplamente o fim do prazo.

– Mais uma vez o governo brasileiro defende o banqueiro e não defende o assalariado, não defende o poupador – avaliou.

O senador lamentou o fato de o dinheiro que não foi resgatado ficar em poder dos banqueiros. O governo federal, segundo ele, poderia baixar uma medida provisória para que o dinheiro não resgatado seja destinado a investimentos em educação e saúde.

– Faltou ao Banco Central a responsabilidade de, por meio de editais, alertar o cidadão que, de boa fé, investiu na poupança e teve prejuízos – afirmou.

# Tenório defende recursos para investimentos no Nordeste

O senador João Tenório (PSDB-AL) revelou que, do total de R\$ 52,7 bilhões que o governo deixará de arrecadar com desoneração tributária este ano, apenas R\$ 6,4 bilhões se referem ao Nordeste. Para ele, a região é discriminada e, por isso, se faz necessária uma política de descentralização do desenvolvimento.

– Tenho a convicção de que, sem uma política de desenvolvimento regional, nenhum texto da reforma do Sistema Tributário aprovado no Congresso cumprirá satisfatoriamente o seu papel – disse.

Por meio da renúncia fiscal, explicou, o governo visa à compensação quando não atende adequadamente à população com os serviços de sua responsabilidade ou quer adotar um caráter incentivador local. O senador lamentou o fato de o centro-sul ainda ser privilegiado e destacou a necessidade de investimentos a exemplo do Pólo Industrial de Manaus,



Para João Tenório, centro-sul recebe tratamento privilegiado

que responde por R\$ 7,5 bilhões de renúncia fiscal de tributos de competência da União.

João Tenório pediu atenção ao setor de cana-de-açúcar, grande gerador de emprego e cujo custo de produção no Nordeste é de 20% a 30% mais elevado, quando comparado ao Centro-Sul. Em aparte, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a revisão do pacto federativo, ressaltando que mais de 60% dos recursos arrecadados se concentram na União, sendo 24% para os estados e 15% para os municípios.

# Virgílio cobra acordo em favor da Zona Franca de Manaus

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) fez apelo ao líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), pela manutenção do acordo que deverá garantir benefícios fiscais a produtoras de equipamentos de informática da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Emenda nesse sentido foi apresentada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) a projeto da Câmara (PLC 124/06) que estabeleceu novo incentivo a investimentos em inovação tecnológica. Entretanto, a mudança ao projeto não foi acolhida pelo Plenário porque Jucá teria assegurado que a MP 352/07, com incentivos às indústrias de equipamentos para TV digital, já contemplava a proposta.

Virgílio justificou sua reivindicação pela possibilidade de o presidente Lula quebrar o acordo e vetar o benefício às indústrias de informática da ZFM. Segundo adiantou, ofício enviado à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, pela



Virgílio também lembrou os 30 anos da morte de Carlos Lacerda

Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), defenderia o veto à medida. Em aparte, Flexa Ribeiro pediu a manutenção do acordo.

### Lacerda

O líder do PSDB lembrou os 30 anos da morte de Carlos Lacerda, “um dos maiores parlamentares do país”. Apesar das divergências políticas, Virgílio não deixou de exaltar qualidades de Lacerda como homem público e orador.

– Lacerda conseguiu a proeza de desestabilizar o governo Vargas sem ter mandato, apenas escrevendo e fazendo conferências.

## Casagrande quer combate aos gases do efeito estufa

O relator da Comissão Especial Mista sobre Mudanças Climáticas, senador Renato Casagrande (PSB-ES), comunicou ao Plenário que a comissão recomendou, em relatório preliminar aprovado na quarta-feira, que o governo crie e dê condições de funcionamento a uma rede brasileira de pesquisas sobre a emissão de gases que provocam o efeito estufa.

Para ele, o Brasil está mais atrasado até mesmo que outros países da América Latina em ações de combate à emissão de gases. O relatório preliminar foi apresentado pouco mais de dois meses após instalada a comissão mista, que neste período fez várias audiências públicas com autoridades e especialistas e visitou centros de pesquisas nos estados.

Uma das recomendações iniciais da comissão se destina ao próprio Legislativo: a identificação e votação dos projetos em tramita-



Casagrande lembra que parcela do aquecimento não será evitada

ção que buscam reduzir a emissão de gases. Exatamente 129 projetos foram identificados e a comissão vai agora examinar os seus conteúdos.

Casagrande disse que a comissão concluiu que uma parcela do aquecimento global já não pode mais ser evitada, decorrente de emissões do passado. Ele destacou a notícia de que o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, admitiu mudar a posição intransigente e aceitar uma negociação para fixar metas de emissão de gases que aumentam o efeito estufa.

## Cristovam: Congresso não cumpre papel e é arrogante

Cristovam Buarque (PDT-DF) aconselhou ontem o Congresso Nacional a abandonar o que chamou de "postura arrogante e ostentação" em prol de maior proximidade com as demandas do povo brasileiro. Esse distanciamento, somado às denúncias de corrupção e incapacidade para legislar, levou a uma crise, que os congressistas teriam de tomar a iniciativa de resolver, sob pena de ver agravada a atual situação.

O senador mostrou-se especialmente contrariado porque, segundo ele, o Congresso produz muito pouco para resolver os problemas do país. No caso da segurança pública, por exemplo, considera que o Senado votou alguns projetos e foi incapaz de pressionar a Câmara dos Deputados a dar prosseguimento a essas matérias.

– Há lá fora uma exposição com 15 mil lenços brancos simbolizando a morte de 15 mil pessoas em 2007. E se fôssemos pendurar



Legislativo pouco faz para resolver problemas, diz Cristovam

nesses varais um lenço para cada desempregado e para cada criança sem escola?

Para Cristovam, espremidido entre as medidas provisórias editadas pelo Executivo e as liminares expedidas pelo Judiciário, o Congresso não tem papel ativo na elaboração e aprovação de leis. Se por um lado não cumpre o seu papel de legislar, por outro lado ostenta um cenário de monarquia.

– A ostentação chega ao nível da linguagem. Aqui nos tratamos por "nobre" e "excelência" em vez de "cidadão senador" – observou Cristovam.

"Demonstro sobejamente minha isenção e total confiança na verdade e na decisão que a Casa haverá de tomar", diz presidente do Senado

## Renan envia representação do PSOL ao Conselho de Ética

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou ontem ao Plenário que despachou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa a representação do PSOL que solicita a abertura de processo investigatório para apurar as denúncias de supostas ligações que ele manteria com empreiteiras.

Pouco antes, o senador Sibá Machado (PT-AC), presidente do conselho, havia informado ter remetido a representação, inicialmente protocolada na Corregedoria, à Mesa, para obedecer aos devidos trâmites regimentais. Na ocasião, Pedro Simon (PMDB) demonstrou estranhamento com o envio da representação à Mesa e chegou a sugerir que mais apropriado seria que o presidente Renan se licenciasse durante o julgamento da questão.

– O erro da representação do PSOL, do ponto de vista regimental e processual, era perfeitamente reparável. Ao mandar para o Conselho de Ética, com



Entre Camata (E) e Quintanilha, Renan preside a sessão do Senado

a prontidão com que eu o fiz, demonstro sobejamente minha isenção e a total confiança na verdade e na decisão que a Casa e o Conselho de Ética deverão tomar – disse Renan em Plenário.

Os senadores Valter Pereira (PMDB-MS), Jayme Campos (DEM-MT) e Ideli Salvatti (PT-SC) cumprimentaram Renan Calheiros pela decisão.

Mais cedo, ao chegar ao Congresso, Renan afirmou a jornalistas achar "que este talvez seja um bom momento para a gente ver quem é que no Brasil tem relações promíscuas, quais os setores que têm relações promíscuas com o poder público".

– Todas as informações requisitadas já foram entregues, o que significa dizer que fiz a minha parte.

## Corregedor inicia a análise de documentos

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), considerou os documentos entregues a ele na quarta-feira por Eduardo Ferrão, advogado de Renan Calheiros, "um bom sinal" no sentido de o presidente do Senado demonstrar que tinha meios próprios para pagar as despesas de sua filha com a jornalista Mônica Veloso. Os documentos apresentados pelo advogado incluem recibos assinados pela jornalista Mônica Veloso e pelo advogado dela, Pedro Calmon Filho, referentes a dois cheques de R\$ 50 mil, datados de maio e de junho de 2006.

Romeu Tuma, que falou ontem à imprensa, em seu gabinete, frisou, no entanto, que ainda não é



Tuma: documentos incluem recibos de cheques de R\$ 50 mil

possível afirmar se Renan é inocente, já que as análises estão em fase preliminar e não são conclusivas. Tuma negou afirmações atribuídas a ele informando que o senador já teria terminado as investigações e iria apresentar um relatório concluindo pelo arquivamento do caso.

Tuma também não afas-

tou a hipótese de a Corregedoria do Senado ouvir o funcionário da construtora Mendes Júnior Cláudio Gontijo, que, segundo Pedro Calmon, fazia pagamentos à jornalista em dinheiro vivo em nome de Renan. Tais afirmações, no entender de Tuma, representam "brechas" no processo, que, notou, precisam ser esclarecidas, a começar pela forma de pagamento que era utilizada por Gontijo e como ele tinha acesso à jornalista. Tuma ainda deixou claro que deseja ouvir a mãe da filha de Renan.

– Estou preparando um relatório preliminar do caso, a ser apresentado ao Conselho de Ética em data a ser marcada.



Jayme Campos faz apelo ao governador de Mato Grosso

## Para Campos, PF deve acompanhar apuração em MT

Jayme Campos (DEM-MT) pediu ontem ao governador Blairo Maggi que permita o acompanhamento de peritos da Polícia Federal ou de auditores independentes nas investigações da tragédia ocorrida no sábado, em Rondonópolis, quando a Polícia Militar matou o menino Luiz Henrique Dias Bulhões (13 anos) durante simulação de uma operação de combate a seqüestro.

O senador também denunciou a prática "vil e truculenta" da fiscalização do Ibama: os fiscais estariam invadindo propriedades.



Mão Santa registra dados divulgados pelo IBPT

## Mão Santa: tributo consome 40% da renda do brasileiro

O senador Mão Santa (PMDB-PI) registrou ontem dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), de Curitiba, segundo os quais a soma de tributos pagos pelos contribuintes brasileiros representa 40% de toda a sua renda anual.

– De cada mil reais recebidos, o contribuinte entrega R\$ 400 ao governo e R\$ 100 aos bancos – afirmou o parlamentar, referindo-se ao pagamento de impostos e contribuições.



Mário Couto: maiores invasões estão em fazendas produtivas

## Mário Couto teme violência em "tratoração" no Pará

O Pará é hoje, no campo, um barril de pólvora. A advertência partiu do senador Mário Couto (PSDB-PA), que teme violência durante "tratoração" a ser realizado pelos produtores rurais, na próxima semana, em Belém. Segundo informou, as maiores invasões no estado estão localizadas em fazendas produtivas.

Para Mário Couto, essa ação dos sem-terra é proposital, dirigida a alertar o governo federal sobre a necessidade de avançar na reforma agrária.

– Por que não aproveitar esse bom momento da economia mundial para enfrentar a violência, a má conservação das estradas e fazer a reforma agrária? – indagou o senador.

## Jucá ressalta papel da Justiça Federal em Roraima

Romero Jucá (PMDB-RR) registrou ontem o 15º aniversário da Seção Judiciária de Roraima, cumprimentando a desembargadora federal Assuete Magalhães e o diretor do Foro da Seção Judiciária de Roraima, juiz federal Atanair Nasser Ribeiro Lopes. Ele assinalou a importância da Justiça Federal na consolidação do estado.

O senador também destacou a passagem do 40º aniversário do Hospital de Reabilitação Crânio-Facial de Bauru (SP). A instituição, que é conhecida como "Centrinho de Bauru", centraliza o atendimento de cerca de 3 mil casos de anomalias, como o lábio leporino, especialmente em crianças de toda a região Norte.

Comissão de Relações Exteriores aprova duas reuniões fechadas, sendo a primeira com o ministro da Defesa e os comandantes das três Forças Armadas e a segunda com o ministro das Relações Exteriores

# Relações do Brasil com a Bolívia serão debatidas em audiências reservadas

As relações do Brasil com a Bolívia e a situação geral das fronteiras do país serão debatidas, em caráter reservado, em duas audiências da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Para participar da primeira reunião, serão convidados o ministro da Defesa, Waldir Pires, e os comandantes da Aeronáutica, do Exército e da Marinha. A segunda audiência deverá contar com a presença do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

A realização das duas audiências reservadas foi solicitada por meio de dois requerimentos apresentados pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), vice-presidente da CRE, que foram aprovados ontem pela comissão. Azeredo fez a sugestão dos debates após ouvir um alerta do senador Fernando Collor (PTB-AL) a respeito do relacionamento com o governo de La Paz e dos conflitos internos na Bolívia.

Segundo Collor, são igualmente preocupantes as negociações bilaterais relativas ao fornecimento de gás natural e a divisão política interna da Bolívia – a seu ver, um tema "potencialmente perigoso para o Brasil". Ele ressaltou a luta da chamada Media Luna boliviana, região mais



Senadores da CRE, presidida por Heráclito (E), manifestam preocupação com crise boliviana

rica e com maior influência européia, por maior autonomia em relação ao governo central. E considerou "preocupante" o apoio – inclusive militar – oferecido pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, a seu colega boliviano Evo Morales.

– Mesmo que as informações sobre o movimento autonomista sejam exageradas, a situação da Meia Lua demanda atenção do governo pela grande presença de brasileiros em território boliviano, pelos interesses econômicos, e sobretudo pela evidente ascendência de Chávez sobre a Bolívia – disse Collor.

### Censura

A pedido de Pedro Simon (PMDB-RS), foi adiada a votação de um requerimento de Jefferson Péres (PDT-AM) de voto de censura ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por não haver defendido os interesses nacionais "com a firmeza necessária" diante de ameaças feitas pela Bolívia. O requerimento teve voto favorável do

relator ad hoc, senador César Borges (DEM-BA).

Para Simon, que pediu vista do requerimento, a aprovação imediata do texto poderia representar uma "carta fora de hora". A rejeição, por outro lado, pouparia o presidente, que,

a seu ver, "merece um pouco de censura". Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou voto contrário ao requerimento, alegando ser importante a adoção de uma "postura construtiva" em relação ao país vizinho.

Durante o debate sobre o relacionamento com a Bolívia, César Borges lembrou que os brasileiros vão acabar pagando, mediante preços mais altos do gás, pelas concessões feitas ao país vizinho. Por sua vez, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) alertou sobre o enfraquecimento do Brasil, o que poderá estimular outros países, como o Paraguai, a buscarem uma renegociação de tratados como o de Itaipu.

Cristovam Buarque (PDT-DF) concordou com Flexa Ribeiro a respeito da existência de um sentimento anti-Brasil no Paraguai, onde um candidato à presidência da República tem assumido plataforma contrária aos interesses brasileiros. Já Mão Santa (PMDB-PI) pediu uma aproximação com parlamentares da Bolívia.



Garibaldi: Violência atinge todo o país, que clama por segurança

## Garibaldi quer implantação ágil do Pronasci

Ao registrar que o ministro da Justiça, Tarso Genro, apresentou ontem ao presidente Lula a proposta inicial do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apelou ao governo federal que agilize a implantação das ações do programa. O ministro previu que a primeira fase do Pronasci começaria em outubro.

– Esse plano tem que ser executado já. O Brasil clama por segurança. Também quero alertar o governo de que não há como desenvolver as ações desse programa em apenas 11 regiões metropolitanas, como disse o ministro. Infelizmente, o país está coberto por um manto de dor em face da violência diária que atinge todo o país – assinalou o senador.

Segundo a proposta apresentada por Tarso Genro, as ações do Pronasci seriam focalizadas nas 11 regiões metropolitanas com maior índice de violência: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Recife, Rio de Janeiro, Maceió, Porto Alegre, Salvador, São Paulo e Vitória. As principais ações serão voltadas aos jovens entre 18 e 24 anos considerados em situação de risco de envolvimento com o crime.

O senador afirmou ter sentido falta da divulgação do volume de recursos que serão utilizados através do Pronasci e defendeu a criação de mecanismos que agilizem a liberação desse dinheiro. Garibaldi também sugeriu que a execução do programa ocorra mediante uma articulação entre os governos federal e estadual e as prefeituras.

## Marconi condena fechamento de TV na Venezuela

O fechamento da Rádio Caracas Televisión (RCTV) pelo presidente Hugo Chávez, na Venezuela, foi "uma atitude inconcebível e uma tentativa de amordaçar a imprensa". Ao emitir essa opinião, Marconi Perillo (PSDB-GO) protestou contra o que considerou uma "aparente neutralidade" do presidente Lula, que não se posicionou contra a decisão do colega venezuelano. O senador também alertou para a possibilidade de o Brasil estar caminhando para "um processo de chavização".

– Essa desmoralização, ou tentativa de desmoralização, das instituições republicanas democráticas, do Ju-



Marconi alerta para um possível "processo de chavização" do Brasil

diciário, do Congresso, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de setores da livre iniciativa nos coloca uma pulga atrás da orelha. Sabemos que o presidente Hugo Chávez exerce forte influência sobre elementos que compõem o partido que está no poder.

Só espero que eles não tenham uma recaída autoritária – afirmou.

Na avaliação de Marconi, o país não pode aceitar a desmoralização de suas instituições a pretexto de uma aparente demonstração de que apenas o presidente da República está atuando como deveria. O parlamentar

Participantes de audiência apontam falta de fiscalização e de legislação adequada como causa da maioria dos acidentes e das doenças de trabalho no Brasil



Presidente de CDH, Paulo Paim (terceiro à direita) acompanha exposição de Darcy Pires da Rocha (E), representante de trabalhadores

## Especialistas alertam para dura jornada de trabalho em canaviais

Em algumas fazendas de cana-de-açúcar, há trabalhadores que cortam até 30 toneladas por dia, o que, em alguns casos, leva à morte por fadiga. Foi o que afirmou ontem, em audiência pública no Senado, o procurador do Ministério Público do Trabalho Alessandro Santos de Miranda.

Promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a audiência teve como objetivo discutir melhorias nas condições de vida, trabalho, salário, segurança e saúde dos trabalhadores das indústrias de álcool, com enfoque para os acidentes.

O senador Paulo Paim (PT-RS), presidente do colegiado e autor do requerimento que resultou

no debate, afirmou que “o Brasil ainda é destaque em acidentes de trabalho”.

– A nossa idéia, com essa audiência, é elaborar projetos de lei que efetivamente garantam a defesa do trabalhador brasileiro – enfatizou Paim.

O presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), Remígio Todeschini, relatou que trabalhadores estão morrendo na própria lavoura por problemas que vão da exaustão e do estresse até a desidratação, devido às extensas jornadas de trabalho sob sol forte e sem descanso.

– A questão da desidratação é um grande problema, pois não há o cumprimento da pausa dos tra-

balhadores – assinalou Remígio.

Para o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Paulo Peixoto Albuquerque, as doenças do trabalho são o resultado da “irresponsabilidade social do capital” e de determinadas condições do trabalho que fazem com que o indivíduo tenha um comprometimento cada vez maior da sua saúde.

Segundo participantes da audiência pública, a maioria das doenças e dos acidentes de trabalho no país resulta das péssimas condições de trabalho, que, por falta de fiscalização e legislação adequadas, têm provocado problemas como a Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e Doenças Osteo-Musculares (Dort).

### Coordenador defende condições mais dignas

Para Alexandre Betinardi Strapasson, do Ministério da Agricultura, em vez de se adotar um posicionamento contra a produção de álcool, e mais especificamente de etanol, é preciso oferecer condições mais dignas de trabalho para os cortadores de cana. Ele é o coordenador-geral de Açúcar e Álcool da Secretaria de Produção e Agroenergia desse ministério.

Strapasson declarou que o país vive “um novo período de glória da cana-de-açúcar” e pode tornar-se um líder internacional na área de energias renováveis. Frisou que “o etanol gera emprego e renda”, além de ser um combustível com menor impacto sobre o meio ambiente.

Segundo Alessandro Santos de Miranda, do MP do Trabalho, as ferramentas usadas no corte de cana são muitas vezes inadequadas. Como exemplo, citou uma foice de cabo curto que leva o cortador a trabalhar com o corpo envergado e pode provocar problemas de coluna.

Estima-se que ao menos 19 trabalhadores morreram nos canaviais em São Paulo, desde 2004.

### Representante da CNA destaca benefícios

O representante da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Clovis Veloso de Queiroz Neto, afirmou na audiência que as indústrias de cana-de-açúcar oferecem vários benefícios ao trabalhador e que a legislação brasileira que regulamenta as normas de trabalho do setor rural, a NR 31, é bastante rigorosa.

Clovis destacou que a NR 31 é uma das normas mais rigorosas do mundo e que a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) do segmento também é uma das mais atuantes e avançadas.

#### Baixa remuneração

José Silvestre Prado de Oliveira, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) disse que a maioria dos cortadores recebe com base na produtividade, num valor médio de R\$ 2,57 por tonelada do produto cortado.

Segundo o técnico de Segurança do Trabalho no Paraná Dário Theobaldo Werlang, falta fiscalização adequada com relação às condições de trabalho exaustivas e até mesmo com relação aos equipamentos de segurança.

## Subcomissão vai visitar empresas que utilizam mão-de-obra escrava

O senador José Nery (PSOL-PA), presidente da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, vinculada à Comissão de Direitos Humanos, informou que os membros do colegiado pretendem fazer visitas a várias regiões com o objetivo de conversar com trabalhadores, empresários e autoridades ligadas ao setor de fiscalização do trabalho para auxiliar a subcomissão na tarefa de erradicar o trabalho escravo e degradante no Brasil.

Nery fez o anúncio durante a audiência promovida ontem pela CDH, em conjunto com a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

– Nossas visitas não ficarão restritas a apenas alguns estados ou setores econômicos. Vamos visitar outras atividades que merecem a atenção da nossa subcomissão, para que possamos discutir a questão da gravidade e da amplitude desse problema – afirmou Nery, ao se referir às condições degradantes a que estão expostos os cortadores de cana e os trabalhadores do setor avícola.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou aos especialistas em doenças e acidentes do trabalho, bem como aos representantes dos trabalhadores presentes na audiência, que apontassem aos parlamentares as empresas que

costumam expor seus funcionários a condições degradantes e exaustivas de trabalho, para que possam ser visitadas.

#### Diagnóstico

Darci Pires da Rocha, presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul, disse que a audiência foi importante para um diagnóstico mais preciso dos setores avícola e canavieiro.

Ele elogiou a iniciativa dos senadores de visitar diferentes regiões e destacou que outra importante contribuição que o Congresso pode dar para resolver o problema do trabalho escravo e degradante é aprovar uma legislação eficaz que coíba tal prática. “Esse é o papel dos parlamentares e foi isso que nós viemos buscar nesta audiência”, acentuou Pires.

Por sua vez, o senador Valter Pereira (PMDB-MS) observou que o agronegócio está se impondo no Brasil como um dos principais motores da economia, realidade que está exigindo uma maior adaptação da legislação.

– Se o Brasil quer aproveitar este momento favorável da economia, é preciso que a legislação acompanhe essa evolução e que os cuidados com a segurança no trabalho sejam devidamente preservados nessa nova ordem que estamos inaugurando.

## José Nery quer rápida aprovação de proposta que permite expropriação

A aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que permite a expropriação das terras onde for descoberto o uso de trabalho escravo foi defendida, na audiência pública, pelo senador José Nery. Ele afirmou que é preciso apressar a discussão e a votação da matéria, que tramita na Câmara dos Deputados.

No início de maio, José Nery e Eduardo Suplicy reuniram-se com o presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, para solicitar rapidez na apreciação da matéria. Nessa ocasião, Nery reconheceu, em entrevista à Agência Senado, que “alguns setores da chamada bancada ruralista estão entre os que mais se opõem à aprovação”.

– Queremos dialogar com eles – ressaltou Nery.

Já Suplicy afirmou, também



Segundo José Nery, maior oposição à proposta está na bancada ruralista

em entrevista à Agência Senado, “que os deputados que compõem esse grupo entendem que a propriedade privada deve ser defendida em qualquer circunstância, mesmo quando se constata uma falta gravíssima como a prática do trabalho escravo”. Ele apoiou ainda a necessidade de diálogo com tais parlamentares.



Magno Malta ressalta atividades do Dia Mundial sem Tabaco

## Malta elogia Anvisa por campanha contra o fumo

O senador Magno Malta (PL-ES) elogiou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pelas atividades desenvolvidas ontem, Dia Mundial sem Tabaco. Ele ressaltou ainda a proposta da Organização Mundial da Saúde (OMS) de proibição total do fumo em locais de trabalho e lugares fechados e lamentou o fato de, mesmo no Congresso, pessoas fumarem em locais fechados.

Magno Malta afirmou que o fumo é um dos vícios mais difíceis de serem superados e disse que os fumantes acabam por prejudicar a saúde também dos não-fumantes, ou fumantes passivos.

O parlamentar informou ter enviado ofício ao presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador Paulo Paim (PT-RS), com o objetivo de convocar para audiência na comissão, sobre a adoção de crianças no Brasil, o juiz da Infância de Divinópolis (MG), Núbio de Oliveira, e o presidente do Grupo de Apoio à Adoção, Sávio Bittencourt.

No pronunciamento, o senador prestou solidariedade à família do pastor João Emmerick de Souza, falecido em Vila Velha (ES), aos 84 anos.

Autor de proposta aprovada em decisão terminativa pela CI, Augusto Botelho quer evitar mortes por doenças infecto-contagiosas

# Ruas só poderão ser asfaltadas após implantação de saneamento básico

Foi aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), com 12 votos favoráveis e em decisão terminativa, projeto de lei que condiciona a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura básica. O presidente da CI, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), disse que o projeto "é importantíssimo e um marco para o Brasil em termos de pavimentação e saneamento".

O autor da matéria (PLS 264/04), senador Augusto Botelho (PT-RR), contou que fez a proposta visando à saúde das crianças que, muitas vezes, morrem em razão de doenças infecto-contagiosas adquiridas pela falta de saneamento básico e esgotamento sanitário.



Ao presidir reunião, Marconi Perillo diz que projeto é "importantíssimo"

A proposição, relatada pelo senador Adelmir Santana (DEM-DF), altera a lei que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6.766/79). A matéria aprovada define infra-estrutura básica dos parcelamentos urbanos como aquela que é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento

sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação pavimentadas.

Segundo a proposta, a pavimentação de vias urbanas somente será realizada depois de a implantação desses itens. A execução de obras em desacordo com essa regra deverá ser fundamentada por laudo de engenharia que comprove a conveniência técnica e econômica da solução adotada.

Augusto Botelho disse que é comum a prática, que ele considera condenável do ponto de vista técnico, de realizar o asfaltamento das vias antes de fazer obras de saneamento.

– Isso não apenas compromete a qualidade das obras de pavimentação, mas, sobretudo, onera desnecessariamente o erário – explicou.

## Comissão acolhe projeto que cria regras para a TV digital

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem parecer favorável a projeto que disciplina a utilização do espectro de radiofrequência destinado aos serviços de televisão, mais especificamente nas faixas denominadas VHF ou UHF. O objetivo é criar regras para a transição para o modelo de TV digital, já em implantação no Brasil, que não só protejam a liberdade das emissoras, mas prevejam a contrapartida para o Estado pela utilização desse bem público.

O projeto (PLS 189/06), que ainda será votado pela Comissão de Educação (CE), é de autoria do senador Flávio Arns (PT-PR) e foi relatado pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que apresentou emendas. Pela proposta, o emprego das radiofrequências destinadas aos serviços de televisão buscará a utiliza-

ção adequada e eficiente do espectro radioelétrico e terá como finalidade assegurar a liberdade de expressão de todos os segmentos da sociedade. Também promoverá o pluralismo político e o fortalecimento do regime democrático por meio da veiculação de diferentes idéias, opiniões e versões sobre os temas em debate na sociedade.

A proposição define sistema privado de televisão aquele que é composto pelas emissoras geradoras e retransmissoras exploradas em regime comercial. O sistema público é formado por emissoras geradoras e retransmissoras que visem à veiculação de programação de utilidade pública, exploradas sem finalidade lucrativa.

Já o sistema estatal de televisão é aquele em que as emissoras geradoras e retransmissoras são exploradas

diretamente pela União ou, por delegação desta, por estados, Distrito Federal ou municípios, que tenham por objetivo a divulgação institucional de seus atos, obras, serviços e campanhas.

De acordo com o projeto, a utilização do espectro de radiofrequências para o sistema privado estará condicionada ao pagamento de remuneração anual de uso de bem público ao efetivo valor econômico do recurso colocado à disposição da entidade titular de autorização de uso. Esse valor será reajustado anualmente por índice de inflação previsto em regulamentação.

A proposta trata ainda da renovação da outorga para a prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens ou do serviço de retransmissão de televisão e transmissão de programações, entre outros itens.

## Autorização para construir hidrelétricas em RO

Foi acolhido ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura parecer favorável a projeto de decreto legislativo que autoriza o Executivo a implantar o aproveitamento hidrelétrico do rio Madeira, em Rondônia, inclusive a construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio e a hidrovía do rio Madeira.

Relatado pelo senador Expedito Júnior (PR-RO), o PDS 389/05, de Valdir Raupp (PMDB-RO), estabelece a realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental antes da implementação das medidas de aproveitamento hidrelétrico. A proposta ainda irá a Plenário.

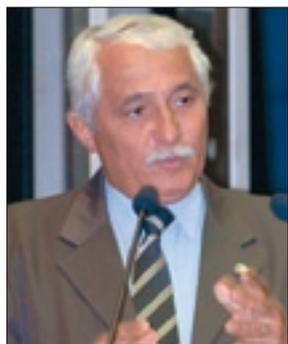
Segundo Raupp, a construção das usinas é de vital importância para o país e para a região Norte, especialmente para o abastecimento energético de Rondônia.

## Proposta cria hidrovias na bacia Amazônica

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou projeto de lei que acrescenta na relação descritiva do Sistema Hidroviário Nacional, do Plano Nacional de Viação, as hidrovias do Tapajós, Teles Pires e Juruema, situadas na bacia Amazônica. A decisão foi terminativa e teve 13 votos favoráveis.

De autoria de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o projeto (PLS 184/07) recebeu parecer favorável com emendas do relator Marconi Perillo (PSDB-GO), presidente da comissão. Como Marconi estava presidindo a reunião do colegiado, o senador Fernando Collor (PTB-AL) foi o relator substituto.

Segundo Flexa Ribeiro, a implantação das hidrovias resultará em menores custos operacionais para o transporte de mercadorias e conseqüente redução do custo-Brasil, além da diminuição do tráfego terrestre.



Augusto quer incentivar pesquisas em todos os níveis de ensino

## Augusto destaca publicação científica lançada em Roraima

O senador Augusto Botelho (PT-RR) saudou ontem, em Plenário, o lançamento da primeira edição da revista Norte Científico, produzida pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (Cefet-RR).

A publicação, de natureza técnica, contém trabalhos inéditos de professores, alunos e outros profissionais do estabelecimento de ensino, bem como pesquisas de outros autores

que se aproximam da sua linha editorial.

Augusto Botelho lamentou o fato de, no Brasil, a produção de estudos científicos ser realizada predominantemente por doutores de universidades federais e não incluir professores de cursos profissionalizantes, de cursos técnicos, de escolas de nível médio ou mesmo de nível básico.

– Penso que se poderia fazer uma

verdadeira revolução se nossos professores, de todos os níveis de educação, fossem treinados, incentivados e se pusessem a produzir e publicar trabalhos de pesquisa. Seriam imensos o impacto e a repercussão para o tecido social. São milhares e milhares de professores capazes de interferir e lançar idéias sobre o meio que os circunda – afirmou o parlamentar.